



# CPFL Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 08.439.659/0001-50  
www.grupocpfl.com.br

CPRE  
B3 LISTED NM

IBOVESPA B3

IBRX B3

IEE B3

ISE B3

ICO2 B3

ICG B3

ITAG B3

IDIV B3

## Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores e senhoras acionistas e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.**

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CPFL Renováveis é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, pequena central hidrelétrica (PCH)/central geradora hidrelétrica (CGH) e solar. Além disso, possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHES), totalizando uma capacidade instalada de 3.064 MW. Reconhecida por seus processos de gestão fundamentados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

### 2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

#### Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Sua ampla disseminação, concomitante à elevação da vacinação, levou à forte redução das restrições de circulação, mundo afora. Assim, a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico. Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities. Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelas descontinuidades nas cadeias de insumos e pela guerra. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano. Nessas circunstâncias, os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias - que, a julgar pelas sinalizações apresentadas nos mais recentes comunicados das autoridades, tenderá a se estender para os próximos meses de 2023. No último trimestre do ano, a atividade econômica começou a mostrar os primeiros sinais de desaceleração, bem como a inflação. Esta última tem sido beneficiada, além da desaceleração da atividade, pela progressiva normalização das cadeias produtivas e de arranjos alternativos que minimizaram os impactos do conflito russo-ucraniano sobre a oferta de commodities. Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: as exportações cresceram 19,3% em relação a 2021, o que nos levou a um novo recorde de balança comercial (superfavit de US\$ 62,3 bilhões), mesmo com expressiva expansão das importações (24,3%). O bom desempenho da balança comercial colaborou para manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício trazido pelos preços mais altos de commodities foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor extrativo mineral. Impulsionadas pela forte alta das cotações internacionais do minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), essas receitas atingiram 1,8% do PIB em 2021 e deverão chegar a 2,6% em 2022 - cifras bastante superiores à média de 0,9% do PIB observada no decênio 2011-2020. De fato, a elevação dessas receitas foi decisiva para fazer com que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013. Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Nesse contexto, é importante notar que as incertezas envolvendo a sustentabilidade fiscal brasileira já vêm em alta desde o final de 2021, quando a principal regra fiscal em vigor - o teto de gastos federal - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Além da aprovação da PEC dos Precatórios ainda em 2021 (que alterou a forma de correção do teto de gastos e postergou, para 2027, o pagamento de um volume de precatórios estimado em R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões), tivemos a aprovação da PEC "Kamikaze" em 2022 (que permitiu, dentre outras coisas, o aumento do valor do benefício pago pelo programa Auxílio-Brasil entre agosto e dezembro de 2022). Do lado receitas, tivemos as diversas desonerações de tributos determinadas pelo governo federal ao longo de 2022, tais como a redução do IPI sobre vários produtos (que diminuiu as receitas primárias em cerca de 0,3% do PIB, em termos anualizados), do PIS/COFINS sobre combustíveis (que gera parte de receita da ordem de 0,5% do PIB ao ano) e do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações e transporte público urbano (que reduz a arrecadação em 0,8% do PIB ao ano). Esta combinação gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Vale ressaltar que essa deterioração também foi claramente notada nos juros cobrados sobre títulos públicos brasileiros de médio e longo prazo em moeda local: até o final de 2020, os juros reais pagos por tais papéis oscilavam entre 4% e 4,5% a.a., tendo saltado para o intervalo de 5,5% a 6% a.a. já no final de 2021 e superado os 6% a.a. ao final de 2022. Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo

semestre de 2022 - notando que a taxa chegou a recuar a R\$ 4,76/US\$ em abril, antes da PEC "Kamikaze" e desonerações. Em julho, o câmbio chegou a R\$ 5,37/US\$, voltando a oscilar em torno de R\$ 5,25/US\$ nos meses seguintes. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas (forças que colaborariam para apreciação da moeda). Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva decompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração (2 a 2,5 p.p. abaixo). A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir e que devem ter levado o PIB a registrar um leve recuo na margem, no quarto trimestre. Assim, o Brasil deve ter assinalado um crescimento de 2,9% do PIB em 2022, superando os patamares pré-pandemia. A desaceleração da inflação e da atividade econômica, no quarto trimestre, permitiu que o Banco Central encerrasse o ciclo de altas da Selic em setembro, em 13,75% aa, mantendo as sinalizações de que poderia voltar a elevar os juros em caso de recrudesimento das pressões inflacionárias.

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2022 foi marcado por uma pior performance de nossos parques eólicos em relação a 2021. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado no ano, de 96,0%, e contribuiu para o resultado do ano, mas apesar disso a geração eólica caiu 14,0%, dado o maior volume de chuvas no Nordeste. Os reajustes contratuais, boa parte deles em IGP-M, favoreceram o bom resultado desse período. O portfólio da CPFL Renováveis é de 3.064 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHES (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um pipeline de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção: PCH Lucia Cheroibim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 3.853 milhões em 2022, representando um aumento de 5,0% (R\$ 183 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 258 milhões em 2022, alta de 5,8% (R\$ 14 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.595 milhões em 2022, um aumento de 4,9% (R\$ 168 milhões). **Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA foi de R\$ 2.654 milhões em 2022, representando um aumento de 9,1% (R\$ 222 milhões), devido ao (i) aumento de 4,9% (R\$ 168 milhões) na receita líquida; (ii) redução de 9,6% (R\$ 46 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; e (iii) de 3,6% (R\$ 19 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), conforme abaixo: ✓ Aumento de 20,7% (R\$ 25 milhões) nas despesas com pessoal; ✓ Redução de 5,4% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material; ✓ Aumento de 5,8% (R\$ 12 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; ✓ Redução de 32,6% (R\$ 54 milhões) em outros custos/despesas operacionais. Este resultado foi parcialmente compensado pela variação negativa de R\$ 11 milhões na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA			
	2022	2021	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.316.306</b>	<b>1.485.418</b>	
Depreciação e Amortização	692.149	671.023	
Amortização Mais Valia de Ativos	64	64	
Resultado Financeiro	453.967	242.047	
Contribuição Social	56.868	14.599	
Imposto de Renda	135.158	18.883	
<b>EBITDA</b>	<b>2.654.513</b>	<b>2.432.033</b>	

Conforme Resolução CVM nº 156/22, **Lucro líquido:** a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.316 milhões em 2022, representando uma redução de 11,4% (R\$ 169 milhões), refletindo os aumentos de 87,6% (R\$ 212 milhões) nas despesas financeiras líquidas, de 473,5% (R\$ 159 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social e de 3,1% (R\$ 21 milhões) na depreciação e amortização. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 9,1% (R\$ 222 milhões) no EBITDA. **Endividamento:** no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.655 milhões, uma redução de 13,6%.

### 5. INVESTIMENTOS

Em 2022, foram investidos R\$ 253 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cheroibim e manutenção de usinas e parques eólicos.

### 6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir. **Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030. **Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa. **Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas. **Gestão ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. **Relacionamento com a Comunidade:** destacam-se ações com comunidades do entorno da PCH Lucia Cheroibim, localizada nos municípios de Porto Amazonas e Lapa, no Estado do Paraná. As ações são realizadas por meio do Centro de Comunicação Social - CEC implantado pela empresa, visando manter uma comunicação transparente e fortalecer sua relação. **Gestão de Recursos Humanos:** em 2022, treinamos 930 colaboradores da base ativa, 100% já passou por algum treinamento. Foram 17.851 horas totais de treinamento.

### 7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de covenants financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022
Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditória". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

### 8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolveu seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

#### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa de Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

### Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional líquida</b>	25	1.680.037	1.549.971	3.594.703	3.428.242
<b>Custo com serviços</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>					
<b>Custo com operação</b>	26	(200.240)	(188.428)	(809.508)	(759.554)
Depreciação e amortização		(131.789)	(132.675)	(511.857)	(493.531)
Outros custos com operação		(68.451)	(55.753)	(297.651)	(266.023)
<b>Lucro operacional bruto</b>	27	1.247.798	1.094.249	2.351.512	2.186.749
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>	27	(558)	(2)	(15.043)	(353)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(558)	(2)	(15.043)	(353)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	26	(40.431)	(54.467)	(186.500)	(225.178)
Depreciação e amortização		(11.364)	(8.015)	(12.746)	(9.370)
Outras despesas gerais e administrativas		(29.067)	(46.452)	(173.754)	(215.808)
<b>Outras despesas operacionais</b>	26	(69.265)	(69.025)	(186.228)	(209.928)
Amortização de intangível da concessão		(64.313)	(64.313)	(167.547)	(168.122)
Outras despesas operacionais		(4.834)	(4.594)	(18.679)	(41.806)
<b>Resultado do serviço</b>		1.137.545	970.756	1.963.743	1.751.289
Resultado de participações societárias	11	743.776	702.915	(1.444)	9.657
<b>Resultado financeiro</b>	27				
Receitas financeiras		42.652	26.044	136.001	77.018
Despesas financeiras		(504.505)	(258.917)	(589.968)	(319.064)
		(461.853)	(232.873)	(453.967)	(242.047)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		1.419.467	1.440.798	1.508.332	1.518.900
Contribuição social	9	(33.866)	5.867	(56.868)	(14.599)
Imposto de renda	9	(93.337)	16.532	(35.158)	(18.883)
		(127.203)	22.399	(92.027)	(33.482)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.292.264	1.463.196	1.316.306	1.485.418
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.292.264	1.463.196
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				24.042	22.222
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				2,18	2,46
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>					
<b>Custo com serviços</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>					
<b>Custo com operação</b>					
Depreciação e amortização		(131.789)	(132.675)	(511.857)	(493.531)
Outros custos com operação		(68.451)	(55.753)	(297.651)	(266.023)
<b>Lucro operacional bruto</b>		1.247.798	1.094.249	2.351.512	2.186.749
<b>Despesas operacionais</b>					
<b>Despesas com vendas</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(558)	(2)	(15.043)	(353)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>					
Depreciação e amortização		(11.364)	(8.015)	(12.746)	(9.370)
Outras despesas gerais e administrativas		(29.067)	(46.452)	(173.754)	(215.808)
<b>Outras despesas operacionais</b>					
Amortização de intangível da concessão		(64.313)	(64.313)	(167.547)	(168.122)
Outras despesas operacionais		(4.834)	(4.594)	(18.679)	(41.806)
<b>Resultado do serviço</b>		1.137.545	970.756	1.963.743	1.751.289
Resultado de participações societárias		743.776	702.915	(1.444)	9.657
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras		42.652	26.044	136.001	77.018
Despesas financeiras		(504.505)	(258.917)	(589.968)	(319.064)
		(461.853)	(232.873)	(453.967)	(242.047)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		1.419.467	1.440.798	1.508.332	1.518.900
Contribuição social		(33.866)	5.867	(56.868)	(14.599)
Imposto de renda		(93.337)	16.532	(35.158)	(18.883)
		(127.203)	22.399	(92.027)	(33.482)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.292.264	1.463.196	1.316.306	1.485.418
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.292.264	1.463.196
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				24.042	22.222
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				2,18	2,46
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Lucro antes dos tributos</b>		1.419.467	1.440.798	1.508.332	1.518.900
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Depreciação e amortização		207.584	205.121	692.150	671.023
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas		248	2.575	5.779	84.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		558	2	15.043	353
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		448.522	244.675	540.667	283.669
Despesa com entidade de previdência privada		3.704	4.031	4.008	4.031
Resultado de participações societárias		(743.776)	(702.915)	1.444	(9.657)
Perda na baixa de ativo não circulante		4.696	13.676	17.902	12.212
Repactuação do risco hidrológico		-	-	-	(122.773)
Outros		-	-	-	29.036
		1.341.003	1.207.963	2.785.325	2.471.497
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(31.173)	62.040	(45.172)	121.652
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos		981.633	636.940	28.007	21.712
Tributos a compensar		(31.710)	(149.157)	(30.669)	(150.072)
Depósitos judiciais		178	(417)	(627)	(521)
Adiantamentos de fornecedores		(1.187)	(190)	3.726	79.361
Outros ativos operacionais		(17.239)	36.		



**CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50**

→ **continuação** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo. A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,95% (9,55% em 31 de dezembro de 2021). A exposição incorrida na aquisição de ativos intangíveis de longo prazo, em vencimento similar ao do término das autorizações. **3.8 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como **ativos**, direito de exploração de concessões, software e serviços de passagem. **(i) Ativo:** O ativo ("goodwill") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ativo é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação. Os desajustes são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou. Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração de resultados em linha com a linha de despesas com amortização. O custo de atendimento ao ICP nº 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como "amortização de intangível de concessão" em outras despesas operacionais. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões, no caso da Companhia, possui duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir: (a) Adquiridos através de combinações de negócios; a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente. (b) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, o valor presente, tem como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão. **(ii) Ativos Intangíveis de vida útil definida:** Intangíveis com vida útil definida são mensurados com base no custo de aquisição, deduzindo a amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro 2022 e 2021, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

Classe de ativo intangível	Taxa média anual	
	2022	2021
Direito de concessão	4,15%	4,19%
Uso do bem público	6,9%	6,9%
Outros ativos intangíveis	10,09%	8,37%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **3.9 Redução ao valor recuperável ("impairment")** Ativos financeiros: A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente avaliados como sendo maiores que o valor de venda líquido são avaliados conjuntamente com esses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica da Companhia, na análise de tendências considerando informações prospectivas ("forward-looking"). A Companhia considera um ativo financeiro em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("*PD*") - *Probability of Default*), exposição financeira e não cumprimento da obrigação ("*EAD*") - *Exposure At Default*, e a perda dada pela inadimplência ("*LGD*") - *Loss Given Default*). Em cada data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. - Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ativo "goodwill", são avaliados com base em suas taxas de recuperação. Quando os valores não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ativo, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ativo, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que não) que exista a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.11 Benefícios a empregados:** A Companhia possui plano de pensão e benefícios pós-emprego, sendo considerada como patrocinadora destes planos, onde apesar de possuírem particularidades, os planos apresentam as seguintes características: Plano de Contribuição Definido: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sendo a diferença do método de cálculo da unidade de medida de benefício. Quando aplicável, os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrer. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando à taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supracitado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido em demonstrações financeiras após a aprovação pelo conselho de administração competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme sege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adiado proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.13 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera receber por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 4 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram também créditos fiscais referentes ao benefício das intangíveis incorporadas, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS de Contribuição Social e Financiamiento Social - COFINS - em seu respectivo artigo 4º do Anexo 15 do Regulamento de Contribuição Social e Financiamiento Social - COFINS. O IFRS 15/CPC 4 estabelece um modelo para que sua realização não seja mais provisória. **3.15 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.16 Arrendamentos:** Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no engajamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adquire ao prazo do arrendamento a opção de compra, a opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento de se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao lucro líquido. **3.17 Combinação de negócios:** O reconhecimento de negócios é realizado utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuíam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	389	2.374	9.370	14.321
Aplicações financeiras	104.928	32.725	497.001	75.267
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	878	-
Títulos de crédito privado (b)	104.386	31.014	395.227	31.671
Fundos de investimento (c)	542	1.711	100.896	43.596
<b>Total</b>	<b>105.317</b>	<b>35.099</b>	<b>505.371</b>	<b>89.588</b>

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). (b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,46% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 84,89% para Operações Compromissadas (102,29% do CDI para CDB e 81,74% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2021). (c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 101,09% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários	1.121	18.610	208.886	474.169
Ativos de fundos de investimentos	1.121	18.610	208.886	474.169
<b>Total</b>	<b>1.121</b>	<b>18.610</b>	<b>208.886</b>	<b>474.169</b>

Em 31 de dezembro de 2022 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2022 é de 101,09% do CDI (101,40% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros	-	-	81	3.530
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>7.547</b>	<b>12.617</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>44.640</b>	<b>39.784</b>	<b>108.178</b>	<b>121.283</b>

(a) Imposto de renda e contribuição social a compensar - refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores. (b) Imposto de renda retido na fonte - IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sejam utilizadas. (c) Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS - refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros tributos a compensar	26	26	7.547	12.617
<b>Total não circulante</b>	<b>44.640</b>	<b>39.784</b>	<b>108.178</b>	<b>121.283</b>

(a) Imposto de renda e contribuição social a compensar - refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores. (b) Imposto de renda retido na fonte - IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sejam utilizadas. (c) Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS - refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

**9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

**9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>				
Bases negativas	149.683	143.127	149.683	143.127
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(99.753)	(110.597)	(227.923)	(249.389)
<b>Subtotal</b>	<b>49.930</b>	<b>32.529</b>	<b>(77.646)</b>	<b>(106.262)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	416.260	397.707	416.260	397.707
Benefício fiscal do intangível incorporado	6.892	8.184	6.892	8.184
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(277.174)	(307.214)	(631.141)	(692.419)
<b>Subtotal</b>	<b>145.978</b>	<b>98.677</b>	<b>(207.989)</b>	<b>(286.528)</b>
<b>Total</b>	<b>195.878</b>	<b>131.207</b>	<b>(285.635)</b>	<b>(392.790)</b>
Total crédito fiscal	195.878	131.207	197.115	132.444
Total débito fiscal	-	-	(482.750)	(525.234)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros. **9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICP nº 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:</b>				
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Outros adições - regime de caixa	(1.588)	(4.410)	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - Derivativo	1.213	3.369	1.212	3.369
Marcação a mercado - Dividas	(1.180)	(3.278)	(203)	(564)
Depreciação acelerada incentivada	(16.688)	(46.355)	(19.884)	(55.232)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado:</b>				
Perdas atuariais	158	439	162	450
Marcação a mercado - Dividas	(878)	(2.438)	-	(878)
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(35.978)	(99.940)	(39.157)	(108.769)
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:</b>				
<b>Impostos diferidos - ativo:</b>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	11.210	31.139	12.397	34.435
<b>Impostos diferidos - passivo:</b>				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível - direito de exploração/autorização	(45.930)	(127.583)	(51.729)	(143.691)
<b>Total</b>	<b>(99.783)</b>	<b>(277.174)</b>	<b>(110.597)</b>	<b>(307.214)</b>

de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção. A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 103.194 (R\$ 273.383 em 2021), refere-se principalmente à: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 108.166 (R\$ 185.409 em 2021); e (ii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 4.972 (R\$ 88.384 em 2021). **9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas/(ganhos) atuariais</b>	<b>(6.465)</b>	<b>(6.465)</b>	<b>(3.187)</b>	<b>(3.187)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(6.465)</b>	<b>(6.465)</b>	<b>(3.187)</b>	<b>(3.187)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados (*)</b>	-	-	-	-
<b>Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	445	445
Custo atribuído de ativo imobilizado	40.870	40.870	27.064	27.064
<b>Subtotal</b>	<b>40.870</b>	<b>40.870</b>	<b>27.510</b>	<b>27.510</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(3.678)</b>	<b>(10.218)</b>	<b>(2.476)</b>	<b>(6.877)</b>

(\*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização. **9.7 Créditos fiscais não reconhecidos:** Em 31 de dezembro de 2022, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 114.769 (R\$ 222.935 em 31 de dezembro de 2021), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2022, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 69.609 (R\$ 69.082 em 31 de dezembro de 2021). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

**10. ARRENDAMENTOS**

(a) Direito de uso de Em 31 de dezembro de 2022 o saldo líquido do Direito de uso registrado na Controladora é de R\$ 1.167 (R\$ 53.533 no Consolidado), composto pelas classes de "Terras" e "Imóveis" com taxa de amortização média anual de 3,3% (3,1% no Consolidado) e 20,0% (20% no Consolidado), respectivamente. (b) Passivo de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2022 o saldo passivo de arrendamento na Controladora é R\$ 1.447 (R\$ 70.907 no Consolidado), sendo R\$ 608 e R\$ 839 (R\$ 3.453 e R\$ 67.454 no Consolidado) no Curto e Longo prazo, respectivamente. A taxa anual média ponderada de empréstimos aplicada em 2022 na Controladora e no Consolidado foi de 14,6%, com vencimento médio ponderado de 66 meses (90 meses no Consolidado).

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>1.508.332</b>	<b>1.508.332</b>	<b>1.518.900</b>	<b>1.518.900</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Resultado de participações societárias	1.444	1.444	(9.657)	(9.657)
Resultado de regime tributário presumido	(59.727)	(683.675)	(597.368)	(682.673)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	83.372	83.439</		

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber	1.729	1.003	20.743	21.640	4.135	4.149	57.033	33.850
Créditos a receber - rateios	40.060	33.829	-	-	740	554	-	-
Adiantamentos - plano de pensão	266	547	-	134	266	547	-	134
Adiantamentos - fornecedores	1.577	390	-	-	7.079	10.805	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	11.064	10.018	-	-	19.299	17.425
Estoque	25.026	17.477	-	-	72.311	61.615	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	15.385	14.549	269	3.015
Despesas antecipadas	7.173	4.391	4.005	4.536	22.944	16.822	4.148	4.810
Adiantamentos a funcionários	1.450	1.575	-	-	1.450	1.575	-	-
Outros	3.664	1.750	-	-	23.606	7.911	2.644	37.984
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(352)	(352)	-	-	(379)	(379)	-	-
<b>Total</b>	<b>90.591</b>	<b>60.609</b>	<b>35.812</b>	<b>36.328</b>	<b>147.537</b>	<b>118.148</b>	<b>83.392</b>	<b>97.218</b>

**Créditos a receber:** Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no Consolidado representa em 31 de dezembro de 2022 R\$ 19.242 (R\$ 19.218 em 31 de dezembro de 2021). Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2022 R\$ 8.842 (R\$ 8.842 em 31 de dezembro de 2021) conforme histórico abaixo: Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagago de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2022, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado. (i) o montante é principalmente composto da seguinte forma: a) Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2021) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial). b) R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Cofinanciamento, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000. c) Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo. d) Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas. **Créditos a receber - rateios:** Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas. **Adiantamento Fornecedores** - Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores. **Cauções, fundos e depósitos vinculados** - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos. **Estoque** - Refere-se ao projeto de primarização iniciado no 3º trimestre de 2019, em substituição ao contrato do fornecedor Siemens Gamesa, para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados de Rio Grande do Norte e Ceará. **Contratos de pré-compra de energia** - Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial	5.628.232	5.935.779	127.288
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	873.290	940.433	837	900
Mais valia de ativos, líquidos	6.501.522	6.876.212	128.126	156.602
<b>Total</b>	<b>6.501.522</b>	<b>6.876.212</b>	<b>128.126</b>	<b>156.602</b>

**12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:** As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	Participação no Capital %	Controladora				31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
		31/12/2022		31/12/2021					
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício				
<b>Investimentos</b>									
Alto Irani	100%	91.226	2.114	46.590	38.545	46.590	59.394	38.545	
Atlântica I	100%	85.421	43.081	70.537	10.972	70.537	80.327	10.972	
Atlântica II	100%	87.100	43.895	69.340	9.911	69.340	80.141	9.911	
Atlântica IV	100%	91.987	53.081	80.938	11.871	80.938	83.551	11.871	
Atlântica V	100%	98.556	50.579	84.362	10.608	84.362	91.225	10.608	
BAESA - Energética									
Barra Grande S.A.	25%	1.137.940	398.381	509.033	(5.524)	127.288	155.702	(1.382)	
Baixa Verde	95%	683	742	692	23	532	241	36	
Bio Alvorada	100%	124.804	48.912	98.344	695	98.344	98.735	695	
Bio Buriti	100%	92.181	35.890	43.361	12.934	43.361	53.532	12.934	
Bio Coopcana	100%	123.698	50.853	103.352	11.601	103.352	109.122	11.601	
Bio Ester	100%	70.035	41.012	66.787	13.692	66.787	68.576	13.692	
Bio Formosa	100%	75.875	48.841	65.418	(5.845)	55.273	80.562	(5.845)	
Bio Ipe	100%	18.623	11.849	16.671	7.339	16.671	16.208	7.339	
Bio Pedra	100%	132.189	35.086	62.270	18.811	62.270	107.717	18.811	
Bioenergia	100%	58.707	38.889	56.168	17.304	56.168	56.698	17.304	
Boa Vista 2	100%	271.867	125.635	140.905	10.592	140.905	133.999	10.592	
Cachoeira Grande	100%	135	6.632	135	(14)	135	149	(14)	
Cajuero	95%	962	536	963	34	864	319	32	
Campos dos Ventos II	100%	109.150	60.502	71.057	3.366	71.057	87.275	3.366	
Chimay Empreendimentos	100%	143.000	48.021	119.677	33.592	119.677	86.085	33.592	
Costa Branca	95%	75.355	40.133	64.765	7.391	59.808	64.631	7.093	
Costa das Dunas	95%	145.474	77.601	83.381	7.536	78.829	82.032	7.170	
Dobrevê	100%	1.030.292	786.866	990.602	137.116	985.212	1.103.363	138.047	
Eólica Paracuru	100%	53.482	18.030	38.557	34.813	38.557	39.768	34.813	
Eurus VI	100%	23.359	15.195	15.467	540	15.467	19.951	541	
Farol de Touros	94%	127.660	57.489	62.612	6.085	58.183	55.133	5.692	
Figueira Branca	100%	55.159	26.519	28.796	2.110	28.796	29.839	2.110	
Gameleira	100%	99.264	53.647	56.618	5.373	56.618	58.722	5.373	
Jayaditya Empreendimentos	100%	58.377	2.082	24.725	13.145	24.725	12.580	13.145	
Juremas	95%	56.698	29.740	39.446	4.432	36.059	41.540	4.270	
Macacos	95%	79.966	41.466	59.323	6.151	55.074	53.793	5.922	
Mohini Empreendimentos	100%	74.886	1.269	37.442	33.391	37.442	21.847	33.391	
Navegantes	95%	146	477	137	(6)	130	58	(5)	
PCH Holding	100%	525.396	315.693	525.168	124.862	525.168	435.474	124.862	
Pedra Cheirosa I	100%	154.766	127.000	132.734	133	132.734	140.982	134	
Pedra Cheirosa II	100%	138.888	106.100	118.091	2.021	118.091	124.170	2.021	
Pedra Preta	95%	72.423	36.248	62.119	9.329	57.158	60.625	8.941	
Plano Alto	100%	73.212	1.527	37.978	27.952	37.978	34.925	27.952	
Rosa dos Ventos	100%	59.745	15.740	36.036	17.435	36.036	43.745	17.435	
Salto Góes	100%	103.456	76.400	101.506	17.465	101.506	104.149	17.465	
Santa Clara I	100%	101.394	71.107	74.705	5.438	74.705	92.102	5.438	
Santa Clara II	100%	82.337	48.898	56.297	5.015	56.297	72.974	5.014	
Santa Clara III	100%	95.212	47.928	55.955	5.444	55.955	72.616	5.444	
Santa Clara IV	100%	82.658	50.322	56.113	4.042	56.113	70.700	4.042	
Santa Clara V	100%	85.306	49.298	55.261	4.170	55.261	71.921	4.171	
Santa Clara VI	100%	84.382	51.974	56.261	2.951	56.261	69.737	2.951	
Santa Cruz	100%	128.577	67.710	63.577	604	63.577	25.183	604	
Santa Luzia	100%	176.895	89.314	173.077	27.809	173.077	174.513	27.808	
SIIF Cinco	100%	88.271	42.662	67.327	23.231	67.327	74.734	23.231	
Solar I	100%	1.479	33	1.016	77	1.016	940	77	
Sul Centrais Elétricas	100%	26.669	14.183	18.442	647	18.442	17.889	647	
Turbina 16	100%	1.101.647	876.475	1.099.963	81.276	1.099.963	1.159.250	81.276	
Turbina 17	100%	71.721	51.903	52.716	536	52.716	56.337	536	
<b>Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada</b>		<b>7.939.011</b>	<b>4.444.638</b>	<b>6.053.103</b>	<b>(819.024)</b>	<b>5.628.232</b>	<b>5.935.779</b>	<b>(822.260)</b>	
Amortização de ativo, líquido de efeitos fiscais		-	-	-	-	-	-	(66.869)	
Amortização da mais-valia de ativos, líquido de efeitos fiscais		-	-	-	-	-	-	(10.243)	
Amortização de juros capitalizados		-	-	-	-	-	-	(1.370)	
<b>Total</b>						<b>5.628.232</b>	<b>5.935.779</b>	<b>743.776</b>	

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 66.869 (R\$ 64.244 no ano de 2021) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPQ 09 (R2). No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

	Participação no Capital %	Consolidado				31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
		31/12/2022		31/12/2021					
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício				
<b>Investimentos</b>									
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.137.940	398.381	509.033	(5.524)	127.288	155.702	(1.381)	
<b>Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada</b>		<b>7.939.011</b>	<b>4.444.638</b>	<b>6.053.103</b>	<b>(819.024)</b>	<b>5.628.232</b>	<b>5.935.779</b>	<b>(822.260)</b>	
Amortização da mais-valia de ativos, líquida de efeitos fiscais		-	-	-	-	-	-	(63)	
<b>Total</b>						<b>5.628.232</b>	<b>5.935.779</b>	<b>743.776</b>	

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são é como segue:

	Controladora				31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Investimentos em 31/12/2021		Amortização/ Capitalização de Juros					
	Investimentos	Aumento/ Redução de capital	Amortização/ Capitalização de Juros	Resultado de equivalência patrimonial				
<b>Investimentos</b>								
Alto Irani	59.394	-	-	38.545	(51.350)	46.590	46.590	
Atlântica I	80.327	-	-	10.972	(20.762)	70.537	70.537	
Atlântica II	80.141	-	-	9.911	(20.712)	69.340	69.340	
Atlântica IV	83.551	-	-	11.871	(14.484)	80.938	80.938	
Atlântica V	91.225	-	-	10.608	(17.471)	84.362	84.362	
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	155.702	-	-	(1.382)	(27.033)	127.288	127.288	
Baixa Verde	241	270	-	22	-	532	532	
Bio Alvorada	98.735	-	-	695	(1.086)	98.344	98.344	
Bio Buriti	53.532	(16.000)	-	12.934	(7.105)	43.361	43.361	
Bio Coopcana	109.122	-	-	11.601	(17.370)	103.352	103.352	
Bio Ester	68.576	-	-	13.692	(15.481)	66.787	66.787	
Bio Formosa	80.562	(16.000)	-	(5.845)	(3.443)	55.273	55.273	
Bio Ipe	16.208	(1.000)	(60)	7				

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Consolidado					Consolidado						
Direito de concessão		Encargos, atualização monetária e Atualização cambial			Encargos, atualização monetária e Atualização cambial						
Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.344.542</b>	<b>8.679</b>	<b>41.712</b>	<b>2.394.934</b>	<b>424.706</b>	<b>-(47.919)</b>	<b>33.676</b>	<b>-(31.100)</b>	<b>379.363</b>	<b>379.363</b>	<b>379.363</b>
Custo histórico	4.040.580	8.679	73.386	4.122.644							
Amortização acumulada	(1.696.037)	-	(31.673)	(1.727.710)							
Adições (a)	125.940	13.932	139.872								
Amortização	(169.229)	(3.167)	(5.392)	(177.788)							
Baixa e transferência - outros ativos	(506)	-	(1.877)	(2.383)							
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.174.807</b>	<b>131.452</b>	<b>48.376</b>	<b>2.354.634</b>	<b>184.284</b>	<b>60.000</b>	<b>10.970</b>	<b>-(20.838)</b>	<b>234.416</b>	<b>234.416</b>	<b>234.416</b>
Custo histórico	4.040.074	134.619	85.441	4.260.134							
Amortização acumulada	(1.865.267)	(3.167)	(37.065)	(1.905.499)							
Adições	-	-	9.508	9.508							
Amortização	(167.547)	(9.225)	(9.251)	(186.023)							
Baixa e transferência - outros ativos	(2.092)	-	(537)	(2.629)							
Perda por redução ao valor não recuperável	(6.550)	-	-	(6.550)							
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.998.619</b>	<b>122.227</b>	<b>48.095</b>	<b>2.168.941</b>	<b>154.346</b>	<b>294.000</b>	<b>-(6.196)</b>	<b>2.629</b>	<b>(7.009)</b>	<b>456.503</b>	<b>456.503</b>
Custo histórico	4.033.524	125.394	91.719	4.250.637							
Amortização acumulada	(2.034.905)	(3.167)	(43.625)	(2.081.697)							

(a) Refere-se ao registro de extensão de outorga realizado pela Companhia em 30 de setembro de 2021 proveniente da repactuação do risco hidrológico. Para maiores detalhes, vide Nota 14.2. No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "depreciação e amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios. Uso do Bem Público; e (ii) "depreciação e amortização de outros ativos intangíveis".

14.1 **Intangível adquirido em combinação de negócios:** A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Taxa de amortização anual	31/12/2022	31/12/2021
<b>Custo Histórico</b>	<b>171.016</b>	<b>78.043</b>	<b>86.186</b>	<b>4,76%</b>	<b>4,76%</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>171.016</b>	<b>78.043</b>	<b>86.186</b>	<b>4,76%</b>	<b>4,76%</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>171.016</b>	<b>78.043</b>	<b>86.186</b>	<b>4,76%</b>	<b>4,76%</b>

Alto Irani, Arvoredo, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica III, Atlântica IV, Atlântica V, Baixa Verde, Barra da Paciência, Bio Ester, Boa Vista 2, Cajueiro, Campo dos Ventos I, Campo dos Ventos II, Campo dos Ventos III, Campo dos Ventos IV, Cocalis Grande, Corrente Grande, Costa Branca, Costa das Dunas, Eólica Paracuru, Eurús I, Eurús II, Eurús III, Eurús IV, Eurús V, Eurús VI, Farol de Touros, Figueira Branca, Figueirópolis, Gameleira, Juremas, Ludesa, Macacos, Mata Velha, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos II, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos V, Morro dos Ventos VI, Morro dos Ventos VII, Morro dos Ventos VIII, Morro dos Ventos IX, Ninho da Águia, Pedal, Pedra Cheirosa I, Pedra Cheirosa II, Pedra Preta, Plano Alto, Plano Alto, Rosa dos Ventos, Salto Góes, Santa Clara I, Santa Clara II, Santa Clara III, Santa Clara IV, Santa Clara V, Santa Clara VI, P\_9996 - Santa Luzia, Santa Mônica, Santa Ursula, Santo Dimas, São Benedito, São Domingos, São Gonçalo, São Martinho, São Paulo, Varginha, Varzea Alegre

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação. **14.2 UBP/Intangível de concessão: Generation Scaling Factor ("GSF")** Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 1º de dezembro de 2020, a Anel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico. Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e a ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga. Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, ratificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014. Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União ("TCU") apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderiram ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação. Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturadas no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia tiveram o impacto do registro de (i) R\$ 125.524 ativo intangível em contrapartida ao custo com energia elétrica, provenientes das controladas da CPFL Renováveis e (ii) R\$ 44.828 no investimento consolidado com contrapartida na equivalência patrimonial, proveniente da controlada em conjunto BAESA. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual as subsidiárias da Companhia possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente a 9,63%. **14.3 Teste de redução ao valor recuperável:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentro outros. No exercício de 2022, algumas unidades geradoras de caixa do segmento de geração, cujo valor contábil total de R\$ 408.170, apontaram indicativos que eventualmente pudessem gerar uma mudança na projeção de geração de caixa. A Companhia efetuou o respectivo teste de recuperabilidade utilizando o modelo de income approach, sendo as principais premissas de projeção a quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, cujos resultados não apontaram necessidade de provisão para recuperação. Em 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

**15. FORNECEDORES**

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>	<b>24.340</b>	<b>77.870</b>	<b>47.731</b>	<b>79.383</b>
Suprimento de energia elétrica	3.173	2.837	13.855	11.597
Encargos de uso da rede elétrica	37.585	50.594	90.949	86.709
Materiais e serviços	65.099	131.301	152.535	177.688
<b>Total</b>	<b>107.027</b>	<b>209.565</b>	<b>191.215</b>	<b>265.379</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Suprimento de energia elétrica	7.007	-	37.924	29.461
<b>Total</b>	<b>7.007</b>	<b>-</b>	<b>37.924</b>	<b>29.461</b>

**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>	<b>300.949</b>	<b>60.000</b>	<b>29.205</b>	<b>330.154</b>
Moeda nacional	300.949	60.000	29.205	330.154
Pós fixado	-	-	-	-
TJLP	-	-	-	-
IPCA	-	-	-	-
IGPM	-	-	-	-
<b>Total ao custo</b>	<b>300.949</b>	<b>60.000</b>	<b>29.205</b>	<b>330.154</b>
<b>Gastos com captação</b>	<b>(82)</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>(35)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>	<b>157.570</b>	<b>294.000</b>	<b>9.313</b>	<b>294.619</b>
Moeda estrangeira	157.570	294.000	9.313	294.619
Dólar	-	-	-	-
Marcação a mercado	(3.224)	-	(15.509)	(18.733)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>154.346</b>	<b>294.000</b>	<b>(6.196)</b>	<b>275.886</b>
<b>Total</b>	<b>455.295</b>	<b>354.000</b>	<b>23.009</b>	<b>606.040</b>
<b>Circulante</b>	<b>59.621</b>	<b>-</b>	<b>107.431</b>	<b>167.531</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>424.796</b>	<b>-</b>	<b>127.388</b>	<b>438.509</b>

CPFL Renováveis possui empréstimos bancários em moeda nacional, com vencimentos em 2024 e 2025. Os empréstimos bancários em moeda nacional possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. Taxa efetiva: a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI. Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 18.733 (R\$ 3.224 em 31 de dezembro de 2021), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 19.249 (R\$ 1.941 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 37.982 (R\$ 5.165 em 31 de dezembro de 2021). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2024	399.192	414.040	399.192	414.040
2025	94.825	109.685	94.825	109.685
2026	46.062	60.921	46.062	60.921
2027	46.062	60.921	46.062	60.921
2028	79.180	154.119	79.180	154.119
2029 a 2033	18.981	92.279	18.981	92.279
2034 a 2038	-	54.156	-	54.156
2039 a 2043	-	8.564	-	8.564
<b>Subtotal</b>	<b>684.302</b>	<b>955.685</b>	<b>684.302</b>	<b>955.685</b>
Marcação a mercado	(18.733)	(18.737)	(18.733)	(18.737)
<b>Total</b>	<b>665.569</b>	<b>936.948</b>	<b>665.569</b>	<b>936.948</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
IGP-M	5,45	23,14	1,03	3,97
IPCA	5,79	10,06	18,30	25,05
TJLP	6,78	4,80	29,61	58,23
CDI	13,65	4,40	51,06	12,75
			100,00	100,00

**Principais adições no exercício**  
No exercício de 2022, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

Modalidade	Montantes R\$ mil		Encargo financeiro	Taxa efetiva
	Total aprovado em 2022	Liberação de juros		
<b>Empresa</b>	<b>294.000</b>	<b>294.000</b>	<b>Semestral</b>	<b>Parcela única</b>
<b>Moeda nacional</b>	<b>294.000</b>	<b>294.000</b>	<b>Semestral</b>	<b>Parcela única</b>
CPFL Renováveis	294.000	294.000	Semestral	Parcela única
IPCA - BNDES	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após 07/2024
SPE Cherochim	515.936	354.000	Trimestral	Investimento

**Pré-pagamento:** No ano de 2022, foram liquidados antecipadamente R\$ 200.000 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até novembro de 2023. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos:** • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3. • Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75. • EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28. **Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil"):** Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3. A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

**17. DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Pós-fixado</b>	<b>847.367</b>	<b>(673.673)</b>	<b>77.160</b>	<b>(86.262)</b>
CDI	847.367	(673.673)	77.160	(86.262)
IPCA	323.455	(333.994)	28.574	(18.035)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.170.822</b>	<b>(1.007.667)</b>	<b>105.734</b>	<b>(104.297)</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(2.315)</b>	<b>-</b>	<b>2.278</b>	<b>(37)</b>
<b>Total</b>	<b>1.168.507</b>	<b>(1.007.667)</b>	<b>108.012</b>	<b>(104.297)</b>
<b>Circulante</b>	<b>810.993</b>	<b>-</b>	<b>86.248</b>	<b>810.993</b>
<b>Não circulante</b>	<b>357.514</b>	<b>-</b>	<b>21.764</b>	<b>357.514</b>

Taxa efetiva: (a) De 104,68% a 110,77% do CDI. (b) IPCA + 4,84% a 6,31%. (\*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas. Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75. • EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25. • Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28. **Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil"):** Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3. A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

**18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados à CPFL Geracão, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PFCPL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adições desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores. **18.1 Características:** Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da VIVEST um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características: (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaço que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaço ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia. (ii) Adesão de um modo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco. **18.2 Movimentações dos planos de benefício definido:**

Modalidade	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
	31/12/2022	31/12/2021		
<b>Pós-fixado</b>	<b>164.592</b>	<b>847.368</b>	<b>2019 a 2023</b>	<b>Não existem garantias</b>
CDI	164.592	847.368	2019 a 2023	Não existem garantias
IPCA	-	323.455	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia
<b>Total</b>	<b>164.592</b>	<b>1.170.822</b>		
<b>Custos de captação (*)</b>	<b>(37)</b>	<b>(2.315)</b>		
<b>Total</b>	<b>164.555&lt;/</b>			

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

**18.6 Ativos do plano:** As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022. A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

Ativos administrados pela VIVEST	2022		2021	
	%	Valor	%	Valor
<b>Renda fixa</b>	<b>75%</b>	<b>69%</b>	<b>37%</b>	<b>38%</b>
Títulos públicos federais	37%	38%	0%	1%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	1%	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%	36%	2%
Outros investimentos de renda fixa	36%	2%	17%	26%
<b>Renda variável</b>	<b>17%</b>	<b>26%</b>	<b>17%</b>	<b>26%</b>
Fundos de investimento em ações	17%	26%	3%	1%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>3%</b>	<b>1%</b>	<b>95%</b>	<b>2%</b>
Fundos de investimento multimercado	3%	1%	1%	1%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>95%</b>	<b>2%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>
Depósitos judiciais e outros	3%	2%	5%	4%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>5%</b>	<b>4%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2023 VIVEST
Renda Fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	0,2%
Investimentos estruturados	100,0%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Assesability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Adequência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidas na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Adequência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as ceteris paribus atuais dos planos de benefícios. **18.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. Na análise de sensibilidade a seguir foram determinados os impactos em mudanas razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetado no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuarias caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tabela de mortalidade fosse desagradável (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Renováveis
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	3.111
	+0,25 p.p.	(3.243)
Tabela de biometria de mortalidade**	+1 ano	(3.971)
	-1 ano	3.261

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a. \*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tabela de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS S b.V2015. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 Risco de investimento:** Os planos de benefício da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Na Visão dos planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente. Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, aprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. As fundações utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, os seguintes instrumentos: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

**19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	93.138	72.579	112.028	91.387
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	29.637	22.332	38.446	30.765
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>122.675</b>	<b>94.911</b>	<b>150.475</b>	<b>122.153</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	392	-	2.055	1.995
Programa de integração social - PIS	3.272	2.903	4.492	4.165
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	15.098	18.101	20.850	22.758
Outros	9.228	8.160	12.494	10.359
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>27.990</b>	<b>29.165</b>	<b>39.891</b>	<b>39.277</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>150.665</b>	<b>124.076</b>	<b>190.365</b>	<b>161.429</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.456	4.289	4.456	4.444
Contribuição social a pagar	866	851	876	861
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>5.322</b>	<b>5.139</b>	<b>5.332</b>	<b>5.305</b>
ICMS a pagar	-	-	911	874
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>911</b>	<b>874</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>5.322</b>	<b>5.139</b>	<b>6.243</b>	<b>6.178</b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais.

**20. PROVISÕES**

	Controladora		Consolidado	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas (nota 20.1)	9.366	8.900	-	152.812
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 20.2)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.366</b>	<b>8.900</b>	<b>-</b>	<b>152.812</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021		Adições		Reversões		Pagamentos		Atualização monetária		Saldo em 31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Trabalhistas	9.410	8.457	678	(554)	-	-	603	-	865	9.457	9.457	9.457
Cíveis	118.885	249	(2.560)	(1.314)	-	-	22.971	-	138.231	138.231	138.231	138.231
Fiscais	2.098	6.262	(1.277)	(2.377)	-	-	418	-	5.124	5.124	5.124	5.124
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83
<b>Total</b>	<b>152.812</b>	<b>17.908</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>130.392</b>	<b>-</b>	<b>17.928</b>	<b>17.928</b>	<b>17.928</b>	<b>17.928</b>

As provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável no opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é o como segue: **a. Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas. **b. Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais. Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 217.491, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários de perdas e custas da arbitragem. Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de decisão adversa à Companhia, sendo que, baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível. **c. Fiscais** - Referem-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais, civis ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.501	3.548
Cíveis	460.381	277.492
Fiscais	1.246.922	1.026.601
Fiscais - Outros	1.817.811	1.542.248
Regulatório	12.975	12.089
<b>Total</b>	<b>3.539.590</b>	<b>2.861.978</b>

**a. Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal, respaldado em decisão na aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, resultando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identifica em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

**21. CÍVEIS** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais. Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 217.491, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários de perdas e custas da arbitragem. Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de decisão adversa à Companhia, sendo que, baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível. **c. Fiscais e Fiscais Outros** - Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 384.975 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Energia, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 12.5). Em 2016, a controladora CPFL Energia recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 717.828 relativo a cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível. Em 2020, a Companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 368.710 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em operações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente. **20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos:** Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas às obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,95% (8,55% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização e 10,07% (8,43% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Controladora		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2022	
	31/12/2021	Adições	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Total</b>	<b>44.637</b>	<b>3.713</b>	<b>(3.609)</b>	<b>(3.609)</b>	<b>44.741</b>	<b>44.741</b>
Desmobilização de ativos	44.637	-	-	-	44.637	-
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>44.637</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.637</b>	<b>-</b>

	Controladora		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2022	
	31/12/2021	Adições	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
<b>Total</b>	<b>137.187</b>	<b>-</b>	<b>(3.713)</b>	<b>3.817</b>	<b>137.471</b>	<b>137.471</b>
Desmobilização de ativos	137.187	-	-	-	137.187	-
Custos socioambientais	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>137.187</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137.187</b>	<b>-</b>

**21. ADIANTAMENTOS**

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinda, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Biomassa	-	-	12.659	7.784
Eólicas	141.861	31.164	643.815	356.839
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-	91.659	89.285
<b>Total</b>	<b>141.861</b>	<b>31.164</b>	<b>748.133</b>	<b>452.908</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>141.008</b>	<b>30.530</b>	<b>631.627</b>	<b>410.338</b>
<b>Total do não circulante</b>	<b>853</b>	<b>634</b>	<b>116.507</b>	<b>42.870</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	2.227	1.480	2.936	1.892
Não circulante	169	129	169	129
Consumidores e concessionárias	6	6	6	6
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.169	1.809	2.169	1.809
EPE/FNDC (*)	13.746	12.936	2.534	1.019
Folha de pagamento	22.088	22.300	-	-
Participação nos lucros	11.757	6.592	-	-
Taxas Regulamentares	52.182	45.252	2.534	1.019
Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.182</b>	<b>45.252</b>	<b>2.534</b>	<b>1.019</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

**22. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

Participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.338	50,85%	301.937.338	50,85%
CPFL Energia S.A.	291.845.166	49,15%	291.845.166	49,15%
<b>Total</b>	<b>593.782.504</b>	<b>100,00%</b>	<b>593.782.504</b>	<b>100,00%</b>

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 0,48 vezes o EBITDA em 2022 (0,79 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado. **23.1 Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 4.032.292 em 31 de dezembro de 2021), representado por 593.782.504 (593.782.504 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nomin

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Despesa/Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Alocação de despesas (a)</b>						
CPFL Comercialização Brasil S.A.		2		27		
Companhia Paulista de Força e Luz	19	3	11	-	773	75
Companhia Piratininga de Força e Luz					50	27
CPFL Geração Energia S.A.	377	305		923	(4.040)	2.721
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.			1	5		
CPFL Atende Cent.Cont. At	6	7			(82)	80
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	2			(20)	20
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	2	2			(20)	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	2	2			(20)	20
CPFL Total Serv. Adm.	11	20	62		(82)	80
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	2	2			(20)	20
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	253	-	-	-	(1.517)	-
<b>Adiantamentos (d)</b>						
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	44.517	47.081	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	4.543	3.122	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	5.485	3.985	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	938	640	-	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	2.802	1.920	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos (c)</b>						
CPFL Geração Energia S.A.	-	5.436	-	-	535	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	42.015	40.471	-	-	621.706	565.329
Companhia Paulista de Força e Luz	22.027	34.215	500	356	243.454	207.377
Companhia Piratininga de Força e Luz	12.755	20.348	-	-	132.383	112.276
Companhia Jaguari de Energia	390	3.124	-	-	1.768	9.440
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	507	816	13	12	4.414	4.442
CPFL Transmissora Piracicaba S.A.	-	-	-	-	9	2
CPFL Transmissora Morro Agudo	-	-	-	-	11	3
CPFL Transmissão Maracanau S.A.	-	-	-	-	3	-
CPFL Trans de Ener Sul II	-	-	-	-	8	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	-	-	-	1.453	-
<b>Operações, materiais e prestação de serviços (e)</b>						
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	17	18
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	3	-	1	-	-
Companhia Jaguari de Energia	1	1	-	-	2	2
CPFL Geração Energia S.A.	1.094	249	-	-	(2.952)	652
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	589	493	-	2.538
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	53	744	-	667
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	93	1.684	-	1.274
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	766	12.854	-	9.658
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	162	32	-	401
CPFL Transm. Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	(2)
CPFL Transm. Morro Agudo	-	-	-	-	-	(2)
CPFL Trans En Maracanau	-	-	-	-	-	(1)
<b>Aluguel</b>						
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	455	-	749
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	84	-	221
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	(950)
<b>Mútuo (b)</b>						
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	9.702	69.176	-	3.779
State Grid Brazil	-	-	2.355.825	2.116.304	-	346
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	9.447	-	1.714
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	14.581	15.339	-	609
<b>Outros</b>						
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	97.011	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	57	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	43	-

30. SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais, Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco	1.659.000	1.676.000
Transporte	Transporte nacional	26.616	26.615
Material estocado	Incêndio, raio, explosão e roubo	-	-
Autônimos	Cobertura para terceiros	155.674	100.000
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	162.673	140.205
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	994.598	844.890
Garantia	Seguro Garantia	150.000	150.000
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	3.148.560	2.937.710

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes. Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração. • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes mudanças de controles e procedimentos de aderência regulatória relevantes apresentados pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para os seguintes Comitês (a) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(s) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reequilíbrio dos riscos após os limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração da CPFL Energia no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento. Ao Conselho Fiscal a CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A Diretoria Executiva cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reequilíbrio das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem controles no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que prevêm a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022		31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	105.317	105.317	505.371	505.371
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	1.121	1.121	208.886	208.886
Derivativos	31	(a)	Nível 2	15.908	15.908	15.908	15.908
<b>Total</b>				<b>122.346</b>	<b>122.346</b>	<b>730.165</b>	<b>730.165</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (**)	335.228	335.092	678.894	710.127
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	437.771	437.771	437.771	437.771
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	164.556	164.333	164.556	164.333
Derivativos		(a)	Nível 2	9.955	9.955	9.955	9.955
<b>Total</b>				<b>947.510</b>	<b>947.151</b>	<b>1.291.176</b>	<b>1.322.186</b>

(\*) Refere-se a 1.005 em 31 de dezembro de 2022 valor justo; (\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 1.005 em 31 de dezembro de 2022 (ganho de R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2021). (\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7.

Legenda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(a) - Valor justo contra o resultado				
(b) - Marcado a custo amortizado				
(c) - Classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseada-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios. Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. <b>a) Valorização dos instrumentos financeiros:</b> Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de mercado (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. <b>b) Instrumentos derivativos:</b> A Companhia possui				

	Xinjian Chen Diretor Presidente	Yuehui Pan Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Francisco João Di Mase Galvão Junior Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e Solar	Rodolfo Coli da Cunha Diretor Regulatório e de Gestão de Energia	Flavio Henrique Ribeiro Diretor Administrativo
<b>Contabilidade</b>	Ricardo Fernando Ferreira - Gerente de Serviços Contábeis - CRC 1SP21353/O-4				
<b>Conselho de Administração</b>	Karin Regina Luchesi Presidente				
	Futao Huang Vice-presidente		Yunwei Liu Conselheiros		
	Eduardo dos Santos Soares				

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e foram fundamentais na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13) -** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 7.431.469 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuos em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma

indicação de que eles possam ter sofrido *impairment*. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável. A Administração efetuou, em 2022, a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados devido a existência de indutores de perdas por *impairment* para determinadas UGs. O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de *income approach*. Não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Efetuamos entendimento sobre as políticas de administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. Como o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGs com indicativos

→ continuação

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

de *impairment*, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de março de 2022, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração

e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Adriano Formosinho Correia**  
Contador - CRC 1BA029904/O-5

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 17/03/2023

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

[https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/17/CPFL\\_1568277617032023.pdf](https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/17/CPFL_1568277617032023.pdf)  
Hash: 1679008801883de94931a646e89494433bb33dfe07